Demonstrações financeiras

Pezzi Energética S.A.

31 de dezembro de 2024 com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	
Demonstração dos fluxos de caixa	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



São Paulo Corporate Towers Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 6° ao 10° andar - Vila Nova Conceição 04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000 ev.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da **Pezzi Energética S.A.**Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Pezzi Energética S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S/S Ltda.

CRC,SP-034519/O

Fulvio A. Matias de Carvalho Contador CRC SP-294991/O

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	495	1.797
Contas a receber	5	4.798	1.909
Despesas antecipadas		216	213
Estoques		1.477	1.299
Impostos a recuperar		49	49
Outras contas a receber	_	3	1
	-	7.038	5.268
Não circulante			
Depósitos restituíveis e Caixa restrito	6	3.341	3.825
Depósitos judiciais		32	-
Imobilizado	7	106.837	110.210
Intangível	7	6.762	6.909
Ativo de direito de uso	8	176	-
		117.148	120.944
Total do ativo	-	124.186	126.212

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2024	2023
Passivo			
Circulante			
Contas a pagar	9	233	6.152
Empréstimos e financiamentos	10	5.407	5.386
Impostos e contribuições a recolher		434	419
Dividendos a pagar	17	5.820	4.784
Arrendamento	8	66	-
Outros contas a pagar		-	17
		11.960	16.758
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	18.148	23.278
Provisão para demandas judiciais	11	13	3
Arrendamento	8	114	-
		18.275	23.281
Patrimônio líquido	12		
Capital social		70.612	70.612
Reservas de lucros		23.339	15.561
Total do patrimônio líquido		93.951	86.173
Total do passivo e do patrimônio líquido		124.186	126.212

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2024	2023
Receita operacional líquida	13	19.794	23.057
Custo de geração de energia	14	(6.648)	(8.752)
Lucro bruto		13.146	14.305
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais	14	(3)	(7)
Outras receitas (despesas) operacionais		(3)	-
		(6)	(7)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		13.140	14.298
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	15	570	577
Despesas financeiras	15	(2.529)	(3.021)
		(1.959)	(2.444)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		11.181	11.854
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	16	(803)	(910)
Lucro líquido do exercício		10.378	10.944

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	10.378	10.944
Total do resultado abrangente do exercício	10.378	10.944

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Reservas de lucros				
	_		Retenção	Lucros	Total do patrimônio
	Capital social	Reserva legal	de lucros	acumulados	líquido
Em 31 de dezembro de 2022	70.612	663	6.553	-	77.828
Lucro líquido do exercício				10.944	10.944
Destinação do resultado:					
Constituição de reserva legal	-	547	-	(547)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(2.599)	(2.599)
Reserva de dividendos complementares	-	-	7.798	(7.798)	-
Em 31 de dezembro de 2023	70.612	1.210	14.351	-	86.173
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	-	-	(135)	_	(135)
Lucro líquido do exercício			, ,	10.378	10.378
Destinação do resultado:					
Constituição de reserva legal	-	519	-	(519)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(2.465)	(2.465)
Reserva de dividendos complementares	-	-	7.394	(7.394)	-
Em 31 de dezembro de 2024	70.612	1.729	21.610	-	93.951

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

<u>_1</u>	Notas	2024	2023
Atividades operacionais Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		11.181	11.854
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto ao caixa gerado nas atividades operacionais			
Depreciação de ativo imobilizado e amortização de ativo intangível Depreciação do ativo de direito de uso	7 8	3.959 35	4.264 110
Juros incorridos sobre arrendamento	8	10	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	10	2.382	2.895
Provisão para demandas judiciais Baixa de ativo imobilizado	11 7	10 6	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais		(0.000)	(00.4)
Contas a receber Estoques		(2.889) (178)	(334) (157)
Impostos a recuperar		(170)	(4)
Depósitos judiciais		(32)	-
Despesas antecipadas		(3)	9
Outros créditos de ativo		(2)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Contas a pagar		(5.919)	(8.554)
Impostos e contribuições a recolher		(35)	(3)
Outras obrigações		(17)	(4)
 (-) Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos (-) Imposto de renda e contribuição social pagos 	10	(2.191) (753)	(2.600) (880)
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades operacionais		5.564	6.596
Atividades de investimento			
Depósitos restituíveis e caixa restrito	7	484	174
Aquisição de bens para o ativo imobilizado Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de	<i>'</i>	(445)	(530)
investimento		39	(356)
Atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal	10	(5.300)	(5.260)
Pagamento de arrendamento – principal	8	(41)	(138)
Dividendos pagos		(1.564)	(5.000)
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		(6.905)	(5.398)
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa		(1.302)	842
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		1.797	955
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		495	1.797
Variação em caixa e equivalentes de caixa		(1.302)	842

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Pezzi Energética S.A. ("Pezzi" ou "Companhia"), cuja sede social é localizada na Avenida Almirante Julio de Sá Bierrenbach, n 200, Edifício Pacific Tower, CEP 22775-028, Jacarepaguá, na cidade e estado do Rio de Janeiro, é uma Companhia anônima de capital fechado, que tem por objeto a implantação e a exploração, como Produtor Independente, da Pequena Central Hidrelétrica Pezzi ("PCH Pezzi" ou "PCH"); (a) a produção e a comercialização da potência e da energia geradas pelas PCH; (b) a manutenção, a operação e a exploração de todos os bens e direitos, equipamentos e instalações que compõem a PCH; (c) a comercialização de créditos de carbono; e (d) o exercício de outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social. ("PCH"), localizada nos municípios de Bom Jesus e Jaquirana, com 19 MW de potência instalada, cuja exploração foi autorizada por meio da Resolução da ANEEL nº 617, de 26 de novembro de 2003.

A Pezzi Energética S.A. obteve, mediante o Despacho ANEEL n° 3.414, de 31 de outubro de 2012, a operação comercial da Unidade Geradora 02 da PCH Pezzi e, mediante o despacho da ANEEL n° 3.801, datado de 30 de novembro de 2012, a operação comercial da Unidade Geradora 01 deste empreendimento.

A Companhia foi constituída em 10 de setembro de 2007 como subsidiária integral da Elera Renováveis S.A. ("BER"), cuja sede fica na cidade e Estado do Rio de Janeiro.

		Autorização	
PCH	Potência em MW	ANEEL Resolução	Local
Pezzi	19,0	617/2003	Bom Jesus e Jaquirana – RS

Originalmente, o prazo de vigência da autorização da PCH era de 30 anos, contados a partir da data de publicação da Resolução nº 617/2003 (25 de novembro de 2003), encerrando em 26 de novembro de 2033.

Em 08 de setembro de 2021, a Resolução Homologatória n° 2.931, em atendimento ao disposto na Lei n° 14.182, de 12 de julho de 2021 e na Resolução Normativa n° 895/2020, que tratam da compensação aos titulares de usinas hidrelétricas pelos riscos não hidrológicos (GSF), homologou a extensão do prazo das outorgas das usinas hidrelétricas participantes do MRE. Com isso, a PCH Pezzi teve a extensão de sua outorga homologada para 22 de maio de 2037.

Em 25 de janeiro de 2022, a Resolução Autorizativa nº 11.023/2022, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.120, de 1º de março de 2021, que ajustou o marco inicial de vigência das outorgas de determinadas usinas para a entrada em operação comercial da 1ª Unidade Geradora. Com isso, a PCH Pezzi teve prazo de outorga estendido para 31 de outubro de 2042.

Contudo, após publicação destes resultados, a ANEEL reconheceu que o ajuste do marco inicial de vigência das outorgas, determinado pela Lei 14.182, afetaria a extensão de prazo originalmente disposta na Resolução Homologatória nº 2.931/2021. Desta forma, em 14 de junho de 2022, por meio do Ofício nº 036/2022-SRG-SRM-SCG/ANEEL, a ANEEL determinou que a CCEE recalculasse os prazos de extensões das outorgas das usinas afetadas, o que possivelmente resultará em nova extensão de prazo a ser homologada pela ANEEL.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Em 15 de agosto de 2023, após recálculo da CCEE, foi publicada a Resolução Homologatória nº 3.242/2023, que aprovou definitivamente a metodologia de cálculo da extensão do prazo das outorgas hídricas participantes do MRE. Como último passo administrativo, em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.986/2023, que aprovou a extensão da PCH Pezzi para 29 de outubro de 2049.

A Companhia possui contrato de venda de energia (PPA - *Power Purchase Agreement*) de acordo com as seguintes características:

	Datas do	contrato
Indústria	Início	Vencimento
Parte relacionada	01/01/2013	30/06/2029

Anualmente, ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, os preços da energia contratada dos contratos de venda de energia listados são reajustados pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, respectivamente.

1.1. Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui Capital Circulante Líquido ("CCL") negativo de R\$4.922 (R\$11.490 em 31 de dezembro de 2023), decorrente principalmente da rubrica de dividendos a pagar que em 2024 tem o valor de R\$5.820 (R\$4.784 em 2023). Em 2024, a Companhia apresentou lucro líquido do exercício de R\$10.378 (R\$10.944 de lucro em 2023) e apresentou fluxo de caixa líquido positivo gerado pelas atividades operacionais no montante de R\$5.564 (R\$6.596 positivo em 2023).

A Administração da Companhia entende que o acionista continuará provendo recursos necessários para a manutenção das atividades sempre que forem demandados para realização dos planos de negócios para cumprir com os compromissos assumidos de curto prazo. Nesse contexto, a Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos e geração de caixa operacional suficientes para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Companhia por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como capacidade de produção de energia instalada, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 08 de abril de 2025.

2.2 Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão do negócio.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos na elaboração destas demonstrações financeiras estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Vida útil dos bens do imobilizado (nota 7);
- Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*) (nota 3.6);
- Determinação da taxa incremental dos arrendamentos (nota 8); e
- Provisão para demandas judiciais (nota 11).

3. Políticas contábeis materiais

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

3.2 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros

- i) Ativos financeiros
- a) Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber, para o saldo de clientes, que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

- i) Ativos financeiros -- Continuação
- a) Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, despesas antecipadas e empréstimos a receber.

b) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

c) Classificação e mensuração

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possui apenas ativos financeiros, para fins de mensuração subsequente, classificados como ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

- i) Ativos financeiros--Continuação
 - c) Classificação e mensuração--Continuação

Custo amortizado--Continuação

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber, despesas antecipadas e empréstimos a receber.

Valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

d) Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou

A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

e) Valor justo e redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Não foram identificadas evidências de impairment.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

- ii) Passivos financeiros
- a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar, dividendos a pagar e arrendamento.

b) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- · Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

A Companhia deve classificar todos os passivos financeiros como mensurados subsequentemente ao custo amortizado a menos que os passivos financeiros atendam às exceções previstas no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, tais como: instrumentos financeiros derivativos; derivativos embutidos; contratos de garantia financeira; compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado; contraprestação contingente reconhecida em combinação; e demais opções previstas nesse pronunciamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

- ii) Passivos financeiros--Continuação
- b) Mensuração subsequente--Continuação

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, todos os passivos financeiros da Companhia estão, para fins de mensuração subsequente, classificados como ao custo amortizado.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

c) Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

iv) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia não tem contrato ou operou com instrumentos derivativos, assim como não efetuou transações com esses instrumentos durante o exercício de 2024 e de 2023. Também, não adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

3.3 Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

3.4 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor. Referem-se a peças sobressalentes para reposição necessárias para a operação e manutenção da usina e são convertidos para custo no momento de sua utilização. Estão registrados pelo custo de aquisição e classificados no ativo circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização.

3.5 Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos recuperáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Companhia na adoção inicial dos novos pronunciamentos, foram avaliados a valor justo os custos da classe de imobilizado, com base na adoção do custo atribuído aos ativos dessa classe.

As vidas úteis dos ativos da Companhia e os critérios de depreciação são demonstrados na Nota 7.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados quando resultam em aumento da capacidade ou da vida útil econômica do ativo, enquanto os demais são registrados diretamente no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.5 Imobilizado--Continuação

Obras em andamento estão relacionadas a gastos com materiais, mão de obra direta e indireta na preparação e instalação do bem até que esteja disponível para uso, ou seja, quando está no local e condições necessárias para funcionar de forma pretendida pela diretoria. Nesse momento o valor do bem é transferido de Imobilizado em Curso para Imobilizado em Serviço, quando então a devida depreciação conforme a vida útil do bem é iniciada.

Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de uma ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos ao líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

3.6 Testes de recuperabilidade de ativos (teste de impairment)

Os ativos não circulantes são revisados e submetidos anualmente ao teste de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço.

A Administração avaliou e conclui que não há indicativos de impairment.

3.7 Provisões

As provisões são registradas quando: (a) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor puder ser estimado com segurança.

A Companhia não possui obrigações de aposentadoria ou outras obrigações pósemprego, ou ainda remunerações baseadas em ações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.7 Provisões--Continuação

(a) Provisão para demandas judiciais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: i) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os valores envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos avaliados como perda remota não são provisionados nem divulgados; e ii) Obrigações legais são registradas como exigíveis independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, e de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

3.8 Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado o lucro tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Conforme facultado pela legislação tributária, as companhias cujo faturamento anual do exercício anterior tenha sido inferior a R\$78.000 no ano calendário anterior, podem optar pelo regime de lucro presumido. Os impostos são apurados mediante a aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e, 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para o imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

Para os exercícios de 2024 e 2023, a Companhia optou pelo regime tributário Lucro presumido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.9 Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso é idêntico ao valor dos passivos de arrendamentos reconhecidos. Contemplam no cálculo custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.9 Arrendamentos--Continuação

Passivos de arrendamento--Continuação

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.10 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias.

3.11 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como instrumentos financeiros de patrimônio, portanto são apresentadas no patrimônio líquido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.12 Apuração do resultado

a) Receitas de venda de energia elétrica

A receita operacional do curso normal das atividades das Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

É estabelecido pelo CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, o modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

O contrato da Companhia possui as seguintes características: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada prevista no contrato comas distribuidoras; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

b) Custos de serviços

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.13 Normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e vigentes:

(a) <u>Itevisadas e vigeriles.</u>		
Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	01.01.2024
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo Não Circulante com covenants	01.01.2024
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	01.01.2024
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Acordos de financiamento de fornecedores	01.01.2024 01.01.2024
CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado	Alterações redacionais Inclusão de seções explicativas e origem da DVA Atualização das divulgações requeridas no grupo de perda e recuperação de valores ativos	01.01.2024

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Ausência de conversibilidade/permutabilidade	01.01.2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade	01.01.2025
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	01.01.2026
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou <i>joint venture</i>	01.01.2026
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras	Nova norma - estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	01.01.2027

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Conta corrente	13	1.596
Aplicações financeiras (*)	482	200
Total	495	1.797

^(*) As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a operações compromissadas com títulos privados e a CDB renda fixa, remuneradas à taxa média de 100% da variação do CDI, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, respectivamente.

As aplicações financeiras (caixa e equivalentes de caixa) estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2024	2023
Banco BTG Pactual S.A. Banco Itaú S.A.	Fundo DI (BKFD) CDB	CDI CDI	- 482	76 124
		_	482	200

5. Contas a receber

	2024	2023
Venda de energia - MRCE/CCEE	13	6
Contas a receber com partes relacionadas (nota 17)	4.785	1.903
	4.798	1.909

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	2024	2023
Oalda a como a	4 705	4 000
Saldo a vencer	1.785	1.909
Saldo vencido até 30 dias	1.557	-
Saldo vencido de 31 a 90 dias	1.411	-
Saldo vencido de 91 a 180 dias	45	-
Total	4.798	1.909

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, nenhuma provisão de perda esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foi constituída, em decorrência da inexistência de perdas prováveis na realização do contas a receber, considerando as características do mercado em que atua, a expectativa da Administração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. Depósitos restituíveis e Caixa restrito

As aplicações financeiras classificadas como depósitos restituíveis e vinculados a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2024	2023
Banco Itaú S.A.	Fundos	DI	3.341	3.825
			3.341	3.825

A Companhia possui depósitos em fundos DI vinculados às obrigações de financiamento com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado e Intangível

		En	n serviço		Em	curso	Extensão de outorga	
	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Estoque de ativo fixo	Bens em andamento	GSF (c)	Total
31 de dezembro de 2022	2.915	63.525	99.734	13.941	870	535	7.350	188.870
Adições	-	-	-	-	110	420	-	530
Transferências	-	455	31	(332)	(22)	(132)	-	-
31 de dezembro de 2023	2.915	63.980	99.765	13.609	958	823	7.350	189.400
Adições	-	-	-	-	36	409	-	445
Baixas	-	-	-	-	(3)	(3)	-	(6)
Transferências	-	168	421	-	-	(589)	-	-
31 de dezembro de 2024	2.915	64.148	100.186	13.609	991	640	7.350	189.839
31 de dezembro de 2022	(1.025)	(25.167)	(36.078)	(5.453)	-	-	(294)	(68.017)
Adições de depreciação	(41)	(1.925)	(1.790)	(361)	-	-	(147)	(4.264)
31 de dezembro de 2023	(1.066)	(27.092)	(37.868)	(5.814)	-	-	(441)	(72.281)
Adições de depreciação	(33)	(1.717)	(1.728)	(334)	-	-	(147)	(3.959)
Transferências	-	(36)	(113)	149	-	-	-	-
31 de dezembro de 2024	(1.099)	(28.845)	(39.709)	(5.999)	-	-	(588)	(76.240)
Total em 31 de dezembro de 2023	1.849	36.888	61.897	7.795	958	823	6.909	117.119
Total em 31 de dezembro de 2024	1.816	35.303	60.477	7.610	991	640	6.762	113.599

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado e Intangível--Continuação

a) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia efetuou a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final dos exercícios de 2024 e 2023 e com base na Lei 13.360/2016, que dispõe das normas e regras sobre a renovação das outorgas de geração de energia elétrica por mais 30 anos a contar da data final da outorga atual; e da Nota Técnica ANEEL 062/2018, que dispõe da metodologia de cálculo para apuração sobre o custo desta renovação e finalizou suas análises e estudos internos sobre a viabilidade de renovação de seus empreendimento que são passivos a essa renovação e concluiu que tem interesse em efetuar a continuidade de operação das atividades por mais 30 anos.

Mediante a este cenário a usina passou a ter seus registros de depreciação com base na vida útil dos ativos estabelecido pela ANEEL, limitadas ao prazo da outorga, sendo este agora considerando o prazo da outorga atual adicionando-se o tempo de mais 30 anos conforme prevê a referida lei.

A Companhia para seu ativo imobilizado adotada como referência as informações do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, sendo as taxas que representam e correspondem de forma razoável e adequada a taxa de vida útil dos ativos imobilizados, em consonância com a norma CPC 27. Administração acredita que em suas demonstrações financeiras está refletida adequadamente a depreciação, sendo que esta reflete a vida útil dos seus ativos imobilizados em consonância com os pronunciamentos contábeis vigentes (CPC 27 e normas aplicáveis ao setor elétrico).

	Vida útil	
Edificações, obras civis e benfeitorias Máquinas, equipamentos e instalações Reservatórios barragens e adutoras	25 a 50 anos 10 a 40 anos 30 a 50 anos	

b) <u>Teste de redução ao valor recuperável de ativos (impairment)</u>

De acordo com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CFC n° 1.292/10, de 20 de agosto de 2010, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, seus ativos, considerando as unidades geradoras de caixa, são recuperáveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado e Intangível -- Continuação

c) Intangível - Extensão de outorga

Em 8 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A extensão da outorga é limitada a 7 anos, condicionada à desistência de eventuais ações judiciais ou do direito de discutir questões relacionadas ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE pelos agentes elegíveis.

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil utilizando os preceitos de reconhecimento de ativo não financeiro a valor justo. O ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação.

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorreu por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, foi homologada pela ANEEL e apropriado como um imobilizado em contrapartida a recuperação de custos com energia elétrica. O montante apropriado em Recuperação de Custos é inferior ao custo total com GSF coberto pela referida lei.

Em 1º de dezembro de 2020 a Diretoria da ANEEL aprovou a metodologia e os valores preliminares apresentados em audiência pública. Com base nessa informação, a Companhia determinou o valor e a extensão que lhe confere a regulamentação, de 37 meses, ao valor de R\$6.597. Com base nos termos dessa regulamentação, em 30 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a referida repactuação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado e Intangível--Continuação

c) <u>Intangível - Extensão de outorga</u>--Continuação

A mensuração deste ativo não financeiro é observável por todos os participantes do MRE que aderiram a proposta da ANEEL e o ativo foi reconhecido ao seu valor justo. O ativo reconhecido será amortizado pelo prazo remanescente da outorga.

Em 12 de julho de 2021 a Agência Nacional de Energia Elétrica publicou a Resolução Normativa nº 945/2021, conforme diretrizes regulamentadas pela Lei nº 14.182, que ampliou a metodologia de cálculo do impacto do GSF também para as usinas que foram repactuadas com contratos no mercado regulado (ACR) desde 2015, nos Termos da REN 684/2015. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica atualizou os cálculos novamente, conforme nova regulação disponibilizada em 3 de agosto de 2021. Consequentemente, em setembro de 2021 a Companhia reconheceu o montante adicional de R\$753, bem como extensão de 42 meses na sua respectiva outorga conforme divulgado pela CCEE.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. Ativo de direito de uso e Arrendamento

A composição do arrendamento é a seguinte:

	Veículos
Custo	
31 de dezembro de 2022	336
Adições	65
31 de dezembro de 2023	401
Adições	211
31 de dezembro de 2024	612
Depreciação	
31 de dezembro de 2022	(291)
Adições de depreciação	(110)
31 de dezembro de 2023	(401)
Adições de depreciação	(35)
31 de dezembro de 2024	(436)
Total em 31 de dezembro de 2023	<u>-</u>
Total em 31 de dezembro de 2024	

Os arrendamentos são depreciados durante o prazo de vigência do contrato de locação, delimitados a outorga.

Em 31 de dezembro de 2024, os passivos de arrendamento são como segue:

	2024	2023
Valor nominal dos pagamentos futuros Ajuste a valor presente	205 (25) 180	- - -
Circulante Não circulante	66 114	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. Ativo de direito de uso e Arrendamento--Continuação

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada como segue:

	2024	2023
Saldo inicial	-	73
Adição	211	65
Pagamentos	(41)	(138)
Juros	`10	` -
Saldo final	180	-

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de 8,53%. As premissas utilizadas pela Companhia para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Consolidado
2026	66
2027	48
	114

9. Contas a pagar

	2024	2023
Compra de energia – MRE/CCEE (*)	-	122
Fornecedores	230	236
Contas a pagar - Partes relacionadas (nota 17)	3	5.794
Total	233	6.152

^(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

	_	2024		2023	
Credor	Encargos	gos Circulante Não circulante		Circulante Nã	o circulante
Em moeda nacional BNDES Total	TJLP (*) + 2,51 % a.a	5.407 5.407	18.148 18.148	5.386 5.386	23.278 23.278

^(*) Quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o percentual excedente à referida taxa, aplicado ao saldo devedor, será incorporado.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos nos respectivos exercícios é como segue:

	2024	2023
Saldo inicial	28.664	33.629
Juros provisionados (nota 15)	2.382	2.895
Amortização – principal	(5.300)	(5.260)
Amortização – juros	(2.191)	(2.600)
Saldo final	23.555	28.664

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo devedor, composto de principal e juros, esta dívida é amortizada mensalmente, tendo o contrato como vencimento final a data de 15 de dezembro de 2029.

As parcelas de não circulante, em 31 de dezembro de 2024, têm os seguintes vencimentos:

Ano	Valor_
2026	5.230
2027	5.230
2028	5.230
Após 2028	2.458
Total	18.148

A Companhia está sujeita a cláusulas restritivas constantes do contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Essas cláusulas incluem, entre outras obrigações, manutenção do saldo mínimo das contas de reserva de serviço da dívida e de O&M (Nota 5) e a manutenção de certos índices financeiros de cobertura do serviço da dívida (*debt-covenants*), os quais foram atendidos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Os *debt-covenants* financeiros estabelecidos no contrato são atingir um Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD") de ao menos 1,30 e um Índice de capitalização ("ICP") de ao menos 0,30 ICP Mínimo 0,30.

Em 31 de dezembro de 2024, inexiste evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (*covenants* financeiros e não financeiros).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Provisão para demandas judiciais

Com base nos fatos atualmente disponíveis e na opinião de seus consultores legais, a Administração da Companhia acredita que a resolução de boa parte dessas causas atuais ou discussões potenciais deverá ser satisfatória para a Companhia, e para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável, constituiu provisão.

A composição dos saldos de contingências prováveis está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Riscos cíveis	13	3
Total	13	3

Segue abaixo a movimentação das contingências provisionadas pela administração:

	Cíveis
31 de dezembro de 2022	2
Atualização	1
31 de dezembro de 2023	3
Atualização	10
31 de dezembro de 2024	13

Principais processos em andamento com probabilidade de perda provável

Ações cíveis

Em 31 de dezembro de 2024, a provisão para contingências contabilizadas pela Companhia, classificadas como perda provável por seus assessores legais, no montante de R\$13 (R\$3 em 31 de dezembro de 2023), refere-se a ações de desapropriação.

Principais processos em andamento com probabilidade de perda possível

	2024	2023
Processos trabalhistas	710	-
Total	710	-

Em 31 de dezembro de 2024, existem duas contingências classificada como perda possível por seus assessores legais, no montante de R\$710 (R\$0 em 31 de dezembro de 2023), referente a uma autuação trabalhista.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$70.612, dividido em 126.645.700 (cento e vinte e seis milhões e seiscentos e quarenta e cinco mil e setecentos) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

b.1) Reserva legal

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei n° 6.404/76.

b.2) Reserva de retenção de lucros

O estatuto social da Companhia prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4° e 5° da Lei n° 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Companhia devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Companhia.

c) Dividendos

O estatuto social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Companhias por Ações.

Em 23 de dezembro de 2024, os acionistas, por meio da Ata da Reunião de Diretoria, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, no valor de R\$135.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido--Continuação

c) <u>Dividendos</u>--Continuação

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	10.378	10.944
Constituição da reserva legal 5%	(519)	(547)
Lucro líquido ajustado	9.859	10.397
Dividendos mínimo obrigatório (25%)	(2.465)	(2.599)
Constituição de reserva de lucros	(7.394)	(7.798)
Lucro líquido do exercício a destinar	-	-

13. Receita operacional líquida

	2024	2023
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia		
Venda de energia elétrica - partes relacionadas (nota 17)	20.030	22.290
Resultado com MRE/CCEE (*)	507	1.612
	20.537	23.902
Deduções da receita operacional bruta		
Impostos sobre a venda		
PIS	(132)	(150)
COFINS	(611)	(695)
	(743)	(845)
Receita operacional líquida	19.794	23.057

^(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Custos de geração de energia e despesas gerais e administrativas

	2024	2023
Custo do serviço de energia elétrica		
Royalties ANEEL	(798)	(869)
Total custo do serviço de energia elétrica	(798)	(869)
Custo com operação		
Impostos, licenças e taxas	(122)	(38)
Viagens	(39)	(13)
Serviços de terceiros	(703)	(852)
Seguros	(453)	(459)
Pessoal	(11)	(10)
Depreciação do imobilizado e amortização do intangível	(3.994)	(4.375)
Manutenção	(33)	(264)
MRE/CCEE	(388)	(1.748)
Telecomunicações	(5)	(8)
Promoção e publicidade	(16)	(24)
Outros custos	(86)	(92)
Total custo com a operação	(5.850)	(7.883)
Total de custos	(6.648)	(8.752)
Despesas gerais		
Serviços de terceiros	(3)	(7)
Total das despesas gerais e administrativas	(3)	(7)

^(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Nessa rubrica foi registrado recuperação de R\$753 em 31 de dezembro de 2021 devido ao registro da extensão de outorga do GSF.

15. Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	570	577
	570	577
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos (nota 10)	(2.382)	(2.895)
Juros sobre arrendamentos	(10)	-
Atualização de demandas judiciais	(10)	(86)
Imposto sobre operações financeiras	(56)	(6)
Despesas com juros e descontos concedidos	(1)	(2)
Outras despesas financeiras	(70)	(32)
	(2.529)	(3.021)
Resultado financeiro	(1.959)	(2.444)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imposto de renda e contribuição social

	2024	2023
Corrente		
Imposto de renda	(529)	(599)
Contribuição social	(274)	(311)
Total do imposto corrente	(803)	(910)

A Companhia calcula o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática do lucro presumido, como demonstrado a seguir:

	2024		2023	
Impostos correntes	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Faturamento (fornecimento de energia)	20.537	20.537	23.902	23.902
(Nota 13)	20.537	20.537	23.902	23.902
% para base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	1.643	2.464	1.912	2.868
Receitas financeiras (nota 15)	570	570	577	577
Outras receitas tributáveis	1	1	3	3
Base de cálculo total	2.214	3.035	2.492	3.448
% do imposto (*)	25%	9%	25%	9%
	(553)	(273)	(623)	(310)
Outros	24	(1)	24	(1)
Total	(529)	(274)	(599)	(311)

^(*) A aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e 9%, para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Transações com partes relacionadas

Os saldos das transações com as empresas do Grupo são apresentados conforme abaixo:

	Nota	2024	2023
Ativo			
Contas a receber			
Elera Renováveis S.A.	(a)	34	180
Elera Comercializadora S.A.	(a)	4.751	1.723
	(Nota 5)	4.785	1.903
Passivo			
Contas a pagar			
Elera Renováveis Participações S.A.	(b)	-	44
Elera Renováveis S.A.	(b)	3	5.750
	(Nota 9)	3	5.794
Dividendos a pagar			
Elera Renováveis S.A.	(c)	5.820	4.784
	_	5.820	4.784
Receita			
Venda de energia			
Elera Comercializadora S.A.	(d)	20.030	22.290
	(Nota 13)	20.030	22.290

- a) Contas a receber entre a Companhia e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- b) Contas a pagar entre a Companhia e a empresa do grupo, como compra de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- c) Dividendos mínimos do exercício a serem pagos para a acionista da Companhia;
- d) Venda de energia elétrica para outras empresas do grupo.

Nenhuma das transações entre partes relacionadas está vencida ou possui indícios de não recuperabilidade.

Todas as operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes e não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Em 2024 e 2023, tendo em vista os acordos firmados entre os diretores, ora eleitos e as entidades do grupo econômico do qual a Companhia faz parte, os diretores não receberam qualquer remuneração da Companhia para o presente exercício social.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Cobertura de seguros

A Companhia tem como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade. O total da cobertura segurada em 31 de dezembro de 2024 é de R\$216.900 (R\$228.523 em 31 de dezembro de 2023) para os bens vinculados à autorização, com início em 22 de junho de 2024 e término em 22 de junho de 2025

A apólice de seguro mantida pela Companhia tem como proponente principal Tangará Energética S.A.., sendo previstas as coberturas seguradas por locais de risco onde estão instaladas as usinas do grupo. A soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, Danos Materiais e Lucros Cessantes, no valor total de R\$450.000 (R\$450.000 em 31 de dezembro de 2023).

As premissas de riscos adotadas para a contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Companhia são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Ativos financeiros	3	
	or justo eio de Itado	Total
	- '	1.596
Aplicações financeiras - 482 482 -	200	200
Depositos judiciais 32 - 32 -	-	-
Contas a receber 4.798 - 4.798 1.909	- '	1.909
Depósitos restituíveis e caixa restrito - 3.341 -	3.825	3.825
4.843 3.823 8.666 3.505	4.025	7.530

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

b) <u>Classificação dos instrumentos financeiros por categoria</u>--Continuação

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidas no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Companhia são classificados como custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Passivos financeiros	Custo Amortizado	do Total Custo Amortizado		Total
Contas a pagar	233	233	6.152	6.152
Dividendos a pagar	5.820	5.820	4.784	4.784
Arrendamento	180	180	-	-
Empréstimos e financiamentos	23.555	23.555	28.664	28.664
	29.788	29.788	39.600	39.600

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

b) <u>Classificação dos instrumentos financeiros por categoria</u>--Continuação

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo.

A Companhia não possui instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, cujo valor de mercado difere do contábil em 2024 e 2023.

c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.
- Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Companhia não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de dezembro de 2024 e 2023. As mensurações do valor justo dos instrumentos financeiros são aproximadas do valor contábil.

d) Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Companhia, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

i) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

ii) Risco de liquidez

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia honrar suas dívidas. A Companhia procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) Risco de concentração de carteira de clientes

A Companhia possui contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia efetua avaliações financeiras, possui garantias financeiras e executa o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

iv) Risco de taxa de juros

Refere-se ao risco da Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

A Companhia entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

v) Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (covenants financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela Administração por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendida plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações.

vi) Risco hidrológico

Para a mitigação do risco hidrológico, foi instituído pela regulação do setor o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Trata-se de um mecanismo de hedge compulsório entre os aproveitamentos hidrelétricos que compõem o sistema, segundo o qual cada um recebe um crédito de energia proporcional à produção hidrelétrica total. O montante recebido é proporcional à razão entre o certificado de garantia física da usina e a soma de todos os certificados das demais usinas participantes do MRE.

De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras hidrelétricas participantes do MRE não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da energia alocada de cada usina hidrelétrica, que é igual a garantia física da usina, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, multiplicado pelo Generation Scaling Factor (GSF).

Desta forma, é importante ressaltar que, caso o conjunto de usinas do MRE gere abaixo de sua garantia física, a alocação de energia de todos os participantes do Mecanismo será reduzida por um fator denominado GSF, fazendo com que a Companhia tenha que adquirir a diferença de sua energia alocada e seus contratos no mercado de curto prazo.

Para a mitigação do risco de geração a Companhia gerencia oportunidades de adequação dos montantes contratos à expectativa de energia alocada e oportunidades de compra de energia no mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

- d) Gestão de risco--Continuação
 - vii) Risco de não renovação da autorização

A Companhia detém outorgas de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos, que possuem direito a renovação. Os critérios para renovação de concessões e autorizações de empreendimentos hidrelétricos com capacidade instalada entre 5 MW e 50 MW foram regulamentados pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei Federal nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

A Lei Federal nº 13.360 alterou o art. 26°da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, elevando o limite inferior das usinas classificadas como PCH de 3 MW para 5 MW. Assim, empreendimentos hidrelétricos com potência instalada entre 3 MW e 5 MW poderão ter suas outorgas convertidas em registro (CGH), conferindo direito a perpetuidade no prazo de exploração de seus empreendimentos (não há prazo para vencimento do registro de CGHs).

A referida Lei dispõe ainda que outorgas de concessão e autorização para aproveitamento de potencial hidráulico com capacidade instalada superior a 5 MW e inferior ou igual a 50 MW, que não tenham sido prorrogadas anteriormente e que estavam em vigor na data de sua publicação, poderão ser prorrogadas pelo período de 30 anos, mediante requerimento do empreendedor. Como contrapartida, o empreendedor deverá pagar à União ressarcimento financeiro pelo Uso do Bem Público (UBP), além do recolhimento de 50% da Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH).

O valor da UBP será publicado pelo MME com antecedência mínima de dois anos antes da renovação da outorga, tendo como referência a metodologia de cálculo estabelecida na Resolução Normativa n° 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

A Lei 14.120, de 01 de março de 2021, alterou o art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, eliminando a aplicação do desconto sobre a tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD), na hipótese de prorrogação das outorgas que detêm esse benefício estabelecido em suas autorizações ou concessões.

Caso a renovação das outorgas de autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

e) Derivativos

Durante os exercícios de 2024 e de 2023, a Companhia não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa – Atividades de financiamento

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram realizadas operações não envolvendo caixa nas demonstrações do fluxo de caixa, do qual demonstramos as principais a seguir:

Ativo de direito de uso	2024
Total de movimentação do ativo de direito de uso (nota 8)	(176)
Adição de contratos de arrendamento	211
Total das movimentações conforme demonstrações dos fluxos de caixa	35
Arrendamento	2024
Total de movimentação do arrendamento (nota 8)	180
Adições de contratos de arrendamento	(211)
Total das movimentações conforme demonstrações dos fluxos de caixa	(31)

* * *